



13448243



08000.000567/2020-40



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 27/2020

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, CNPJ nº 00.394.494/0005-60, conforme prescrito no parágrafo único, do art. 2º, da Portaria do Ministro nº 294, de 08 de junho de 2020 (11838166), neste ato representada pelo Diretor de Gestão, o Senhor **LUIZ MARIANO JUNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 048.526.146-44, portador da Carteira de Identidade nº 11391564 - SSP/MG, com competência subdelegada no inciso IX combinado com o inciso XV, art. 1º da Portaria nº 5, de 17 de junho de 2020 (12002628), publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2020**, publicada no DOU nº 177, de 15/09/2020, Processo Administrativo n.º 08000.000567/2020-40, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **U.S. PRICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 01.740.169/0001-40, situada na Rua Major Sertório 212, CJ. 52, Vila Buarque, CEP 01222-901, na cidade de São Paulo/SP, neste ato representada pela Senhora **ANA LUCIA SANCHES DA SILVA**, inscrita no CPF sob o nº 089.861.678-67, RG nº 10.343.896 -SSP/SP, acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Registro de Preço para aquisição de Fragmentadora de Papel, compreendendo o fornecimento e a garantia, em atendimento às necessidades da Diretoria de Inteligência - DINT/SEOPI/MJSP, com vistas às ações de Contraineligência de Segurança Pública nos 5 (cinco) Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regionais - CIISP - R localizados nas 5 (cinco) regiões administrativas do Brasil, além dos Órgãos Partícipes, especificados nos itens 2,3,5 e 6 do Termo de Referência (12523497), anexo do edital de *Pregão* nº 17/2020 (13104230), que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de medida	Quantidade total (órgão gerenciador e partícipes)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)

2	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 110/127 Volts	Und	70	R\$ 3.100,00	R\$ 217.000,00
3	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 220 Volts	Und	65	R\$ 3.000,00	R\$ 195.000,00
5	Fragmentadora de Papel - Região Centro Oeste - 220 Volts	Und	70	R\$ 3.000,00	R\$ 210.000,00
6	Fragmentadora de Papel - Região Sudeste - 110/127 Volts	Und	02	R\$ 3.060,00	R\$ 6.120,00
TOTAL					R\$ 628.120,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN/MJSP.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SEGEN					
Item	Descrição/Especificação	Unidade de medida	Aquisição imediata	Quantidade IRP	Quantidade total
2	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 110/127 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	Unidade	-	-	-
3	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	Unidade	02	-	02
5	Fragmentadora de Papel - Região Centro Oeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	Unidade	07	-	07
6	Fragmentadora de Papel - Região Sudeste - 110/127 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	Unidade	-	02	02

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES				
Item	Descrição/Especificação	UG/Órgão Participante	Unidade de medida	Quantidade total
2	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 110/127 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	926732 - Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe	Unidade	35
2	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 110/127 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	927586 - Fundo Especial para a Segurança Pública do Estado de Sergipe	Unidade	35
3	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	927056 - Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte	Unidade	04
3	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	927361- Polícia Militar - Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado de Pernambuco	Unidade	04

3	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	927031 - Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba	Unidade	50
3	Fragmentadora de Papel - Região Nordeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	926474- Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas	Unidade	05
5	Fragmentadora de Papel - Região Centro Oeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	160070 - Departamento Geral de Pessoas - Ministério do Exército Distrito Federal	Unidade	26
5	Fragmentadora de Papel - Região Centro Oeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	170394 - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	Unidade	05
5	Fragmentadora de Papel - Região Centro Oeste - 220 Volts (com todas as especificações técnicas contidas no ANEXO I)	926016 - Polícia Militar do Distrito Federal	Unidade	32

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, até cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada

pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

LUIZ MARIANO JÚNIOR

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança
Pública

CONTRATANTE

ANA LUCIA SANCHES DA SILVA

U.S. Prince Comércio de Máquinas e Serviços Ltda.

CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUCIA SANCHES DA SILVA, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 10:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mariano Junior, Diretor(a) de Gestão**, em 17/12/2020, às 14:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13448243** e o código CRC **8C7EA363**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.